

**OS ACERVOS PATRIMONIAIS NAS CELEBRAÇÕES. 1922: PÁGINAS
DE CONSAGRAÇÃO E DESTRUIÇÃO¹**

Ana Luiza MARTINS

Resumo: Este texto — sem perder de vista a linha de reflexão crítica em torno de celebrações e da criação da História e da Memória que as cultua e consagra —, discute a outra trajetória a partir de 1922: aquela da eleição de bens culturais a serem preservados. Esse momento é instituidor de iniciativas que conformam os serviços de proteção ao patrimônio, que ao fim e ao cabo resultam em celebrações de recortes da História e cultivo de Memórias, não obstante ao sabor de interesses de grupos, classes, instituições, governos e políticas setorizadas. Trata-se, sem dúvida, de uma seleção enviesada que vem sendo mais recentemente desconstruída por alguns trabalhos acadêmicos, permitindo outra avaliação crítica.

Palavras-chave: celebrações, resignificação da memória, patrimônio cultural

Abstract: This paper – based on the critical reflection on the celebrations and History and Memory creation that worships and consecrates them -, discusses the other way from 1922: that are related to the cultural properties to be preserved. This moment is the institutor of initiatives that conform the patrimony protection services, which in the end result in celebrations of History cuttings and Memory cultivation, or at the whim of interests of groups, classes, institutions, governors and policies. It is a question of a directed selection that has been deconstructed by some academic works recently, what permits another critical appraisal.

Key words: celebrations, memory resignification, cultural patrimony.

O signo é decodificado; só o sinal é identificado.

M. Bakhtin²

A primeira idéia cogitada para minhas reflexões neste texto incidia numa análise dicotômica da construção e desconstrução de dois episódios emblemáticos do ano de 1922: o Centenário da Independência de 1922 - que havia sido realizado solenemente pelos agentes do poder, num registro de cultivo de valores passadistas - e a realização da Semana de Arte Moderna de 1922 – também idealizada pela elite, propondo rupturas e incorporando posturas das vanguardas, sem perder de vista o nacional.

A celebração oficial do Centenário e sua contestação, traduzida pelo evento da Semana, muito estudados recentemente, me pareceram oportunos enquanto pontos de partida

para avaliar a trajetória dos mecanismos de esquecimento e lembrança que permearam políticas culturais no Brasil. Sabe-se que, independente dos desdobramentos de esquecimento e consagração daqueles eventos, definiram-se a partir dali ideários, visões de mundo e encaminhamentos que se colocam até o presente nas práticas culturais políticas, alimentando posturas.

Todavia, sem perder de vista a linha de reflexão crítica proposta em torno de celebrações e da criação da História e da Memória que as cultua e consagra, me pareceu mais produtivo retomar outra trajetória a partir de 1922: aquela da eleição de bens culturais a serem preservados por iniciativa dos serviços de proteção ao patrimônio, que ao fim e ao cabo resultam em celebrações de recortes da História e cultivo de Memórias, não obstante ao sabor de interesses de grupos, classes, instituições, governos e políticas setorializadas. Trata-se, sem dúvida, de uma seleção enviesada que vem sendo mais recentemente desconstruída por alguns trabalhos acadêmicos, permitindo outra avaliação crítica.

Valho-me para tanto de um recorte de bens trabalhados que diz respeito à Instituição na qual eu trabalho – o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – criado em 1968, com grande participação do IHGSP, mas efetivamente como iniciativa oficial de governo, afeto a uma Secretaria de Estado, no curso da Ditadura, à sombra dela.

Esta mudança de rota me pareceu passível de maior exploração, em razão da experiência cotidiana que lá realizo, permitindo trazer uma reflexão vivenciada.

Inicialmente cabe lembrar que o Condephaat, não se coloca como um lugar de memória popularmente apropriado – a exemplo do Museu da República, no Rio de Janeiro ou do Museu Paulista da USP, conhecido como Museu do Ipiranga, em São Paulo. Aparece mais como tribunal de sagração de bens e por vezes, equivocadamente, como instância congeladora de um patrimônio. Hoje, inclusive, pelo volume de processos que por lá circula, apresenta-se bastante desvirtuado de sua inicial função de instituição de pesquisa, percebido como Órgão ratificador da importância de bens culturais, sobretudo para atender à demanda de leis de patrocínio. Em razão da circunstância burocrática de Lei Rouanet e Lei Mendonça, para efeitos de restauro e captação de recursos, incidirem preferencialmente sobre bens tombados, há uma avalanche de solicitações de aprovação de processos de tombamento por parte de todo o Estado, preocupados tão só com um único expediente: a viabilização do patrocínio.

Outra demanda a desvirtuar-lhe sua função precípua – de identificação, seleção e preservação de bens culturais do Estado – é o atendimento público exaustivo a que se vê obrigado. Isto porque a inserção dos bens tombados na malha urbana, com regulamentação precisa de suas áreas envoltórias, requer autorizações de construções e demolições nos respectivos entornos, que praticamente se espalham por quase toda a cidade de São Paulo e por vastas áreas de perímetros urbanos de cidades do interior, absorvendo praticamente a maior parte do atendimento técnico do Órgão.

Para compreensão de sua trajetória, contudo, é importante que se evoque rapidamente os antecedentes históricos do serviço de proteção aos bens culturais no Brasil, que nos remetem ao século XIX. É sabido que inicialmente coube aos Institutos Históricos – herança do Império - cumprirem a função de construtores e perpetuadores de uma memória (Schwartz, 1989). A História lá cultivada – elegendo temas, grupos sociais, heróis e soterrando diferenças, minorias e vencedores – legitimou um patrimônio de poucos e distante da representação efetiva do país.

Se o Instituto e seus congêneres celebraram uma história de agrado do Império, já a partir de 1889, com a República, assistiu-se ao recorrente festejo da nova data, de exaltação republicana, fomentada pelos novos donos do Poder. O resultado foi a construção de uma história e uma memória entusiastas do 15 de Novembro, com rebatimento nas inúmeras Praças da República, que substituíram os tradicionais Largos da Matriz, também como proposta de secularização do espaço; na proliferação do tradicional quadro de Henrique Bernardelli da Proclamação da República – os militares a cavalo os civis a pé – expostos nas repartições; nos livros escolares, que punham em cena a vitória militar e passavam a cultivar heróis afetos àquela corporação, a exemplo de Tiradentes e Caxias; a multiplicação de suas estátuas nos lugares públicos, em particular aquelas de Caxias e Tiradentes. Todavia, ainda falava alto a seleção da História cultivada e propagada pelos Institutos Históricos, agora desdobrados nos demais estados³.

E foi esta construção da História, tecida à sombra dos Institutos, ao sabor de interesses de classe, branca e homogeneizadora de diferenças, que mais fortemente embasou o projeto de identidade nacional que emergiu a partir dos anos de 1910. Um de seus porta-vozes em São Paulo, por volta de 1912, foi o arquiteto Ricardo Severo, de origem portuguesa mas ligado à elite oligárquica paulista, que punha em circulação a proposta do partido neocolonial como plástica arquitetônica, entendido como expressão ideal dos valores estéticos nacionais, face ao Ecletismo avassalador que então se assistia. Vale lembrar que o país, nas suas mais prósperas capitais – Rio de Janeiro e São Paulo (mais tarde Belo Horizonte) – vinha sofrendo transformação física de monta: no Rio de Janeiro, o Bota Abaixo de Pereira Passos fizera emergir uma Avenida Central francesa; em São Paulo, a importação de modelos arquitetônicos expressivos da maciça presença da população imigrante, figurava como ameaça à perda dos valores vernáculos da arquitetura local.

Naquele quadro, impôs-se a criação de um serviço de proteção aos valores representativos do passado nacional - fosse pelas tantas operações arrasa - quarteirões que aconteciam nas capitais, por volta dos anos 10 e 20; fosse pela ameaça da estética imigrante; fosse pela expansão do mercado internacional de arte, que ameaçava de perda, exemplares de nosso patrimônio artístico.

Nesse sentido, são formuladas as primeiras concepções de preservação, relacionadas por Marly Rodrigues: nos anos de 1920, aquelas de Wanderley Pinho, que incidiam sobre

“monumentos públicos, edifícios particulares de valor histórico ou artístico e objetos de arte, de qualquer espécie de ação destruidora ou modificadora, do tempo e dos homens”, não incluindo documentos registrados em papel.

Já em 1923, o parlamentar pernambucano Luiz Cedro propôs à Câmara dos Deputados a criação da Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, atribuindo-lhe a função simbólica de alimentar a Nação, inserindo a valorização da memória:

Uma longa e permanente lembrança faz a perpetuidade dos grandes povos, pois uma nação começa a morrer, quando ela esquece. O culto do passado, senhores, não deve limitar-se à comemoração, como nós costumamos fazer das grandes datas nacionais, em discursos de sessões magnas, no hasteamento de bandeira das repartições públicas e no ócio dos feriados nacionais. Comemoremo-lo *também por outros modos menos platônicos, como o de evitar a destruição deste patrimônio que nos deixaram os antepassados*⁴.

Todavia, ao longo de 1922, muito em função do Centenário da Independência, duas celebrações selaram posturas tendenciosas e passadistas alusivas à imagem da nação: no Rio de Janeiro, criava-se o Museu Histórico do Rio, sob direção de Gustavo Barroso, privilegiando a tradição e a genealogia, legitimando o papel do Império e da “nobreza” brasileira na formalização da nacionalidade; em São Paulo, no Museu Paulista, esta comemoração foi assunto foi sério.

Tendo então à frente o historiador Afonso Taunay, a Instituição procurou ressaltar a formação da nacionalidade como um processo que se iniciara na Colônia, advindo da epopéia bandeirante (leia-se paulista) enquanto se construía naquele próprio um simulado “Altar da Pátria”, reiterando a Independência também em território paulista, reforçando a visão do IHGSP, de acordo com a epígrafe do primeiro número de sua Revista, de 1905: *A História de São Paulo é a própria História da Nação*.

Vale lembrar que esta mesma mensagem se consolidaria nos anos de 1930 ao ser reapropriada pela Faculdade de Direito – espaço propagador de ideários e conformador das mentes - sob inspiração de seu então Diretor, Alcântara Machado, que na reforma do prédio introduziu em seus vitrais, encimando os lances da escadaria – também à guisa de “Altar da Pátria” - o mesmo tríptico celebrativo da epopéia paulista do Museu Paulista, reproduzindo as telas: *Independência ou Morte!* de Pedro Américo, de 1888; *A partida das Monções*, de Almeida Júnior, de 1897; *A Fundação de São Paulo*, de Oscar Pereira da Silva, de 1909. Nada mais centralizador dos feitos de São Paulo, em ações contundentes da História Pátria.

E mais: a exaustiva reprodução de quadros com a temática de fazendas do café por aquela Instituição, corroborava a importância da economia paulista como mantenedora da Nação.

Naquele momento, no qual a História também figurava internacionalmente como principal agente da formação da consciência nacional, a arquitetura era convocada como cristalizadora dessa História. De acordo com Rodrigues, no amplo debate da arquitetura

moderna, em 1931, o 4º Congresso Internacional de Arquitetura, em Atenas, através de seu documento final – A Carta de Atenas – introduziu o conceito de “monumento histórico” como critério de preservação no ambiente urbano, não obstante selecionados isoladamente na paisagem. Concomitantemente, no Brasil, instituíam-se os cursos de arquitetura e neles a cadeira de História da Arquitetura. Nesta conjuntura, legitimava-se o primado do valor arquitetônico como instrumento de preservação da História⁵.

Em pleno Estado Novo, no ano de 1937, nascia o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), serviço de proteção federal, com ante-projeto de Mário de Andrade, em visão abrangente e interdisciplinar da leitura de nosso patrimônio, sobretudo para aqueles idos de 1937. Desdobravam-se, em outro plano, as propostas nascidas da Semana, na sua vertente pós-anthropofágica de busca das origens. O novo órgão, em sua chamada Fase Heróica, voltou-se para a seleção de bens de caráter excepcional, ameaçados de extinção – a exemplo do Barroco das cidades mineiras e num segundo momento, centrou-se nos exemplares da arquitetura vernacular de formas despojadas, de agrado dos arquitetos modernistas brasileiros. Lúcio Costa, então lotado no Serviço de Patrimônio, tinha uma contribuição decisiva, iniciando exaustivo levantamento histórico em busca das formas arquitetônicas vernáculas⁶. Logo, a ação preservacionista do IPHAN, não se limitou a reproduzir, por meio dos documentos materiais do passado, um perfil do país traçado pela História, mas também se entrelaçou a dois processos em curso: o desenvolvimento da arquitetura moderna e a construção de sua memória, a História da Arquitetura Brasileira⁷. Esta circunstância vincou a leitura e seleção de nossos bens pelo crivo da arquitetura e dos bens excepcionais – até recentemente norma dos órgãos de patrimônio. Nesse quadro, a História era convocada como subsidiária desta seleção.

Nesse momento, cabe registrar duas grandes contribuições, na área da leitura de um patrimônio nacional: a já mencionada valorização da arquitetura tradicional brasileira, motivada pelo interesse da arquitetura moderna; e o esforço de explicação de Brasil, por parte de outras áreas do conhecimento, a exemplo da Sociologia e da História, traduzidas pelas obras *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Todavia, naquela chave de um entendimento de viés modernista, atrelado ao passado colonial vernáculo na perspectiva arquitetônica e de releituras de nossa história no âmbito da sociologia e da história, guardavam-se ranços da seleção de bens culturais, onde a taipa de pilão, a arquitetura de pedra e cal entravam como critérios decisivos, enquanto ainda se mantinham as referências históricas ligadas aos feitos memoráveis.

E foi este critério de seleção que se manteve por anos a fio, incorporado na década de 1960 pelas iniciativas estaduais de criação de um Serviço de Patrimônio no âmbito dos Estados, com vistas à seleção de bens de interesse local.

Nesse movimento quase homogêneo era criado em 1968 o Condephaat, com vistas a pesquisar, selecionar e preservar os bens paulistas. Na esteira do Iphan, o novo órgão reconheceu *ex officio* o mesmo repertório de bens por ele instituído. Consagrava-se um tempo passado, entendido isento de conflitos e diferenças. E retomavam-se as representações da colonização (bandeiristas) e do Império (cafeiras) que remetiam à nostalgia da vida rural, em contraponto à acelerada expansão das cidades paulistas verificada, sobretudo, a partir da década de 1960.

A criação da categoria “Patrimônio Cultural da Humanidade”, na Conferência Geral de Genebra, em 1972, endossada pela Unesco, reforçava a classificação dos monumentos históricos pelo seu caráter excepcional, consagrando um entendimento agora internacional desta matéria.

Contudo, ao longo dos anos de 1970, quando a cultura urbano-industrial definitivamente já se implantara no Estado, a ortodoxia preservacionista começava a ser questionada e as novas tendências historiográficas – sobretudo no quadro da Nova História – procuravam dissolver o mito bandeirante, estendendo o entendimento da História como criação que envolve silêncios, singularidades e rupturas.

O universo de bens tombados começaria a absorver novos objetos. Mais ainda nos anos de 1980, com a entrada da História enquanto disciplina e voz efetiva numa nova leitura do patrimônio; que agora não se dava apenas sob o viés da História da Arquitetura, mas incorporava esta, fazendo uso dos novos temas e objetos sugeridos pela Nova História.

Três questionamentos, premidos por esta nova visão de História e Memória passaram a ser discutidos e introduzidos nos pareceres técnicos. Um primeiro, que ampliava o leque de representações da cultura material em causa, voltando-se para representações de minorias sociais e silêncios da História; um segundo, que elegia novos objetos como suportes de memória – e aí entravam acervos de bens móveis – de telas a papéis e até mesmo bens imateriais; por fim o questionamento sobre o tombamento de um bem isolado, considerando que em seu contexto é que ganha significado.

Nesse sentido, não se tratava apenas de preservar o imóvel inserido na paisagem que o emoldurava, mas, sobretudo, inferir-lhe o nexo na trama de representações do espaço que lhe era afeto – fosse rural ou urbano. Assim, o tombamento de bens pontuais perdia a razão de ser, procurando-se então nos pareceres técnicos inseri-los no processo histórico que os explicava e na malha urbana ou no universo rural que lhe davam sustentação. Logo, sobradões, palacetes, igrejas, fortes, casas de Câmaras passaram a ser analisados e justificados enquanto patrimônio, se inseridos e em diálogo com a cadeia de representações de suas emergências e cursos. Assim, também o programa denominado “Cidades Históricas” do Condephaat, que até então consagrara como tais os antigos núcleos de Cananéia, Iguape, Iporanga, Bananal, São Luís do Paraitinga, Santana do Parnaíba e Itu, era reconsiderado.

Por outro lado, ampliando o leque de bens e na esteira de um movimento internacional – de cuidado com o meio ambiente - teve início a preservação de áreas naturais, quando foram tombados o Maciço da Juréia (1979), em Iguape, a Reserva Florestal de Morro Grande (1980), em Cotia, e a Serra do Mar (1985).

Não obstante a renitente permanência da memória da arquitetura, vale ressaltar que se dera uma salutar mudança de foco. Uma pluralidade de “memórias” eram contempladas nas análises técnicas, evocativas de processos históricos até então ignorados e desprezados. Certo que se mantinha a valorização de bens arquitetônicos, mas ampliava-se o olhar, incidindo agora sobre exemplares de arquitetura moderna e de estéticas representativas de processos sociais e/ou memórias do Estado. Esta seleção seria impensável para o Conselho das décadas anteriores, afeto à arquitetura vernacular, longe de conferir valor a bens relativos ao ecletismo, ao *art-nouveau*, ao *art-déco* e mesmo ao neo-colonial, considerados espúrios de uma arquitetura brasileira e de uma História Nacional. Refletindo a nova postura sucederam-se os tombamentos de edifícios de arquitetura moderna: Faculdade de Arquitetura, de Vilanova Artigas (1981); Museu de Arte de São Paulo (1982); residência do artista Flávio de Carvalho, em Valinhos (1982); Casa de Vidro, de Pietro Maria Bardi (1986), no bairro do Morumbi, na capital paulista.

Inovadores, porém, os estudos sobre as tantas memórias conformadoras de nosso patrimônio plural. Vale repassar alguns exemplos: a memória do ensino, traduzidas pelos tombamentos do Instituto Caetano de Campos (1975), da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia, no bairro paulistano do Bom Retiro (1982) e da Escola Normal de Campinas (1982); a memória do ambiente urbano, que teve no tombamento do Largo da Memória e Parque da Independência (1975) sua confirmação. A memória da indústria, representada pelos tombamentos da Fábrica de Tecido São Luís, em Itu (1983) e dos remanescentes das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, na Água Branca (1986) – esta de desfecho trágico pela distância de diálogos entre a política cultural e o empresariado. A memória da saúde pública, com o tombamento do edifício do antigo “Desinfetório Central, no bairro do Bom retiro, em São Paulo (1985).

Em 1985, o tombamento do Gabinete de Leitura de Rio Claro refletia o cuidado com a recuperação da memória de processos históricos aliados de nossa história cultural. O edifício, que abrigara uma prática política cara aos republicanos, com acervo original de livros preservado, era tombado pela representação de uma mentalidade. Na ocasião, porém, a história do livro e da leitura apenas insinuavam-se como fontes para estudos de quadros mentais fundadores de processos históricos relevantes, dificultando naquela altura sua inclusão na decisão de tombamento.

Em 1986, o tombamento dos bairros Jardim América, Jardim Europa e Jardim Paulista, sinalizava que a preservação e a memória passavam a fazer parte das políticas urbanas. Ainda

na década de 1980, o prolongado estudo e posterior tombamento do terreiro de Candomblé Achê alê Oba, confirmava uma inicial democratização da memória social.

Ampliavam-se, pois, os objetos, as temáticas, a linha temporal e a geografia do universo do patrimônio paulista, a despeito da rigidez de alguns limites cronológicos e espaciais que ainda presidem os atuais estudos. Até o presente, ainda são pouco estudadas as regiões da alta paulista, a oeste do Estado, por exemplo.

Pode-se observar, também, uma evolução na dinâmica desse entendimento, contemplado por estudos temáticos – escolas, estações de ferro - para se trabalhar hoje na percepção de conjuntos analisados interdisciplinarmente na dialética do rural e do urbano, no quadro do urbanismo, na chave da democratização social da memória com vistas à sua efetiva apropriação cidadã.

Cabe lembrar que a Constituinte de 1988 ampliou o entendimento de Bem cultural, com vistas à sua maior abrangência, considerando sobretudo a pluralidade cultural do país, o que a seu tempo não deixou de ser – não bem um avanço -, mas um reconhecimento necessário.

Como saldo, porém, o que temos hoje, ainda está longe de ser representativo das tantas memórias do Estado. Ao lado de um recorte que privilegiou símbolos arquitetônicos, mudos na paisagem, ou daquele outro que elegeu marcos da história triunfante branca, seria a memória traçada a partir dos órgãos de patrimônio construída episodicamente, ao sabor apenas das demandas burocráticas?

Importa considerar que o momento reclama novas perspectivas de análise e seleção dos bens culturais. José Reginaldo Santos Gonçalves alerta para as “estratégias de objetificação cultural” usadas pelos discursos celebratórios e respectivas políticas de preservação, com vistas à construção da Nação. Na contrapartida desta postura, sugere ser “possível, e bastante iluminador, tomarmos consciência de nossas objetificações enquanto atos contingentes e provisórios de invenção cultural, viabilizados pelos códigos culturais a partir dos quais nos representamos coletivamente. Em resumo, não podemos escapar da objetificação, mas podemos manter a consciência alerta para o fato de que estamos objetificando”⁸.

Em outra fala – também sugestiva para mudanças de leituras – Márcia Sholtz de Andrade Kersten conclui: “Ao trabalhar com diversidades, o patrimônio deve ser entendido como um signo polifônico, com muitos falares, baseado em diferentes interpretações de mundo que permitem várias leituras, potencializando significados relativizadores”⁹.

Todavia, ao fim e ao cabo, o momento é de impasse. No âmbito da reflexão, mais recentemente, as universidades vêm colaborando nesta empreitada, envolvendo-se com esta difícil tarefa de investigar, estudar, selecionar e preservar registros de nosso acervo cultural, tarefa até há pouco restrita aos órgãos públicos de patrimônio. Quanto aos encaminhamentos efetivos de preservação material de bens, a viabilidade das parcerias tem tornado algumas tarefas possíveis, sobretudo no que diz respeito aos bens ditos “institucionais”. A recuperação da Estação Júlio Prestes, na Luz, é um dos exemplos deste concurso.

Para encerrar, evoco aqui o saldo pífio da celebração dos 450 anos de São Paulo. Certo que não há muito que celebrar. Mas, o balanço é minguaço se tomarmos como referência as posições dicotômicas e efervescentes de 1922. Seja aquela da construção do mito de uma História Nacional Paulista, como quis o Centenário; seja aquela da proposta de ruptura, assentada na busca das raízes acopladas a uma determinada vanguarda, como se inferiu da inicial proposta Modernista, em seu primeiro tempo, e que em termos de patrimônio resultaria na própria criação do Serviço Nacional do Patrimônio (IPHAN), com a eleição do barroco como manifestação genuína nacional; ou mesmo, mais recentemente, se lembrarmos aqui as comemorações do IV Centenário – que propunham a consagração do moderno através da edificação do Parque do Ibirapuera, saído da prancheta de um arquiteto comunista, Oscar Niemeyer, ladeado pelo Monumento das Bandeiras de Victor Brecheret – concebido anos antes – e que punha em movimento a idéia de integração das raças.

Encerro aqui, reiterando a necessidade urgente de parcerias, nas quais a Universidade tem um importante e decisivo papel. *Investigar, selecionar e preservar* são tarefas que vêm ao encontro da ação plural da Universidade, em seu envolvimento com as ações de *Pesquisa, Ensino e Extensão*, que são de sua natureza e de seus próprios Regimentos.

Notas

¹ Texto apresentado ao III Encontro do CEDAP. 28 a 30 set. 2004. Os acervos patrimoniais nas celebrações. Assis: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2004.

² BAKTIKN, M; Voloshinov, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 93.

³ SCHWARTZ, L. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.

⁴ RODRIGUES, M. *Imagens do Passado. A Instituição do Patrimônio em São Paulo. 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Condephaat; Fapesp, 2000, p. 21, 22,23.

⁵ Idem, p. 27.

⁶ CARRILHO, Marcos José. *Lúcio Costa, Patrimônio Histórico e Arquitetura Moderna*. São Paulo: Doutorado FAU – USP, 2002, especialmente da p. 125 a 160.

⁷ RUBINO, S. As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1937-1968. Campinas: Mestrado em Antropologia, IFCH – UNICAMP, 1991; GUIMARAENS, C. *Paradoxos entrelaçados. As torres para o futuro e a tradição nacional*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002; PERES, F. R. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia; Conselho de Cultura do Estado da Bahia, 1999.

⁸ GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC; Iphan, 1996. Ver especialmente o Cap. 6, p. 37.

⁹ KERSTEN, M. S. de A. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História. Bens tombados no Paraná entre 1938 – 1990*. Curitiba: Editora UFPR; Imprensa Oficial Paraná, 2000, p. 50.